

HABEAS CORPUS Nº 547.538 - BA (2019/0351999-1)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : VINICIO DOS SANTOS VILAS BOAS E OUTRO
ADVOGADOS : NIAMEY KARINE ALMEIDA ARAÚJO - BA015433
VINÍCIO DOS SANTOS VILAS BOAS - BA026508
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : RODRIGO SOARES DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RODRIGO SOARES DE SOUZA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia no HC n.º 8020308-42.2019.8.05.0000.

Consta dos autos que os Impetrantes protocolaram petição requerendo o reconhecimento da prescrição junto ao Juízo de primeiro grau (fls. 10-12).

Inconformada com a demora na análise do requerimento, a Defesa impetrou *habeas corpus*, que foi parcialmente conhecido e, nessa extensão, denegada a ordem pela Corte local (fls. 50-63).

Nas razões deste *writ*, sustentam os Impetrantes, em síntese: a) a demora exacerbada na análise, pelo Juízo de piso, do requerimento de reconhecimento da prescrição; e b) o cabimento do *habeas corpus* originário para declarar a prescrição.

Requerem, liminarmente, a suspensão da execução penal e, no mérito, o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva.

É o relatório inicial. Decido o pedido de urgência.

O Tribunal local, ao examinar a tese de demora para a análise, pelo Magistrado singular, do requerimento de reconhecimento da prescrição, consignou que (fl. 57):

"In casu, os informes prestados pela autoridade indigitada coatora, em 03.10.2019, registraram que o pedido de extinção da punibilidade vem sendo impulsionado por aquele Juízo, enfrentando, todavia, alguns impasses quanto à devida formalização do processo de execução, tendo em vista a dificuldade de encontrar o processo físico contendo as informações necessárias para a análise do referido pleito. Acerca de tal contexto, noticiou que:

'(...) Nos autos de Execução Penal tombada sob o nº 0330048-94.2013.8.05.0001, foi requerida a extinção de punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva do paciente, entretanto, para a análise do pleito foram requeridas diligências do Ministério Público, dentre estas, informações da Vara Criminal da comarca de Guanambi/BA acerca da vigência de decreto prisional em desfavor do paciente, bem como, o envio da decisão interlocutória que procedeu o recebimento da denúncia na Ação Penal nº 0000015-16.2002.8.05.0088 para verificação de possível prescrição da pretensão punitiva.

Em resposta à diligência requerida e conforme certidão anexa, a Diretora de Secretaria da Vara Criminal de Guanambi/BA, informou que os autos de nº 0000015-16.2002.8.05.0088 tratam-se de processo físico já arquivado, não estando mais localizados em sua Secretaria, tendo sido encaminhado para arquivo público da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) em razão de convênio firmado com o TJBA, não tendo notícias da devolução, inviabilizando assim, a extração da peça solicitada. O feito foi encaminhado novamente para parecer do Ministério Público.

Consta ainda que o paciente encontra-se preso por aquele Juízo nos autos de nº 0000575-06.2012.8.05.0088 (pela prática do delito previsto no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal) e 0003383-81.2012.8.05.0088 (art. 157, § 2º, inciso I e II do Código Penal). Conforme certidão anexo (...)'.

Acerca desse contexto, observa-se que, além do processo noticiado pela autoridade indigitada coatora, e consoante dados constantes na própria peça do presente, que contra o Paciente existem mais duas writ outras condenações, tombadas sob o nº 0000024-12.2001.8.05.0185 e 0004286-53.2011.8.05.0088, situações que, portanto, ensejam uma maior cautela quanto ao devido exame da pretensão extintiva da punibilidade dos crimes imputados àquele.

Diante de tais constatações e, principalmente tendo em vista a recente alteração de sistemas de dados no Tribunal de Justiça, migrando-se os processos de execução da pena do Sistema de Automação Judicial de Primeiro Grau (e-SAJ) para o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), entende esta relatora que a aduzida configuração de excesso de prazo para apreciação do pedido supramencionado se encontra devidamente justificado pelas particularidades ora apresentadas, sem demonstração de qualquer desídia por parte da autoridade indigitada coatora e, logo, implicando em observar o princípio da razoabilidade e afastar o reconhecimento da referida alegação."

O Tribunal de origem ressaltou que "o pedido de extinção da punibilidade

vem sendo impulsionado por aquele Juízo", sendo que, no caso, há obstáculos para a análise do pleito ante a dificuldade "de encontrar o processo físico" e, ainda, "tendo em vista a recente alteração de sistemas de dados no Tribunal de Justiça, migrando-se os processos de execução da pena do Sistema de Automação Judicial de Primeiro Grau (e-SAJ) para o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)", desse modo, ao menos por ora, entendo não ser possível o deferimento da liminar sem a análise prévia das informações processuais a serem prestadas pelas instâncias ordinárias neste habeas corpus.

Além disso, quanto ao pedido de reconhecimento imediato da prescrição da pretensão punitiva, a Corte de origem não conheceu do writ originário, pois *"a análise de tal pleito implicaria em notória supressão de instância, tendo em vista que está sendo devidamente avaliado pelo Juízo da Vara de Execuções"* e, ainda, porque *"não se desincumbiram os Impetrantes de carrear os documentos necessários à configuração de qualquer constrangimento ilegal manifesto, a ser reconhecido de ofício"* (fl. 58) – entendimento que está em conformidade com o posicionamento desta Corte Superior.

Como se percebe, o pedido de reconhecimento imediato da prescrição da pretensão punitiva não foi apreciado pela Corte estadual, de modo que não pode ser conhecida originariamente por esta Corte, sob pena de supressão de instância.

Assim, o presente caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, por meio das quais deverão constar **informações pormenorizadas acerca das alegações de demora na apreciação, pelo Magistrado de piso, do requerimento de prescrição e, ainda, todos os elementos necessários à análise da existência, ou não, de prescrição da pretensão punitiva.**

Oficie-se à Corte estadual para que informe a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora